

A IMPORTÂNCIA DO INVESTIMENTO NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
Secretaria Nacional de Assistência Social
Departamento de Proteção Básica
Coordenação Geral de Territorialização e Proteção Básica no Domicílio a Crianças

Por que devemos investir na primeira infância?

- O desenvolvimento na primeira infância (correspondente no Brasil, segundo o Marco Legal da Primeira Infância, ao período de zero até seis anos completos) tem conquistado destaque cada vez maior graças à contribuição das pesquisas em neurociências e políticas públicas.
- O período intrauterino e os primeiros anos de vida são essenciais para o desenvolvimento físico, emocional e cognitivo das crianças. Durante a gestação e os primeiros anos de vida (especialmente nos primeiros mil dias), ocorre um rápido desenvolvimento do cérebro, e é nessa etapa que os circuitos neurais são formados e fortalecidos por meio do estímulo e das relações de vínculo.



Por que devemos investir na primeira infância?

- Uma das formas de ampliar as possibilidades de desenvolvimento na primeira infância que tem ganhado força em várias partes do mundo são as iniciativas de suporte à família. Mais especificamente, os programas de parentalidade, em que profissionais especializados buscam orientar os cuidadores de referência na adoção de práticas positivas.
- Evidências apontam que o investimento feito em programas de qualidade para a primeira infância tem alta taxa de retorno para a sociedade. Além disso, o investimento na primeira infância é a melhor maneira de reduzir as desigualdades, enfrentar a pobreza e construir uma sociedade com condições sociais e ambientais sustentáveis

Fonte: Revista Latino - Americana de Enfermagem, 2020.

Assista o vídeo 1







A importância do Desenvolvimento da Primeira Infância

Economistas, cientistas comportamentais, educadores, neurocientistas e biólogos comprovam a relevância do investimento na Primeira infância:

- **Robert Fogel (Prêmio Nobel em Economia 1993):** afirma que “a qualidade do desenvolvimento da primeira infância tem um efeito importante sobre a qualidade das populações e influencia os resultados de saúde na vida adulta”.
- **James Heckman (Prêmio Nobel em Economia 2000):** concluiu que a “Cada dólar investido em programa de primeira infância representa uma economia de US\$ 7 até a idade de 27 anos, e US\$ 13 dólares até os 40 anos. Ou seja, é mais vantajoso economicamente investir nos primeiros anos de vida.

A importância do Desenvolvimento da Primeira Infância

	 0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 18 anos	19 anos ou mais
	PIS / PCF; SCFV; Bolsa Família; PAIF.	PIS / PCF*; SCFV*; Bolsa Família; PAIF*.	SCFV; Bolsa Família; PAIF.	
 Saúde	Pré natal; Vacinação; Suplementação de vitaminas; Consultas médicas.	Vacinação; Suplementação de vitaminas; Consultas médicas.	Saúde do adolescente; Saúde da Mulher; Pré-natal da gestante e do parceiro; Imunização.	
 Educação	Creches	Escolas de educação infantil	Escolas de educação fundamental	Escolas de ensino médio; Educação para Jovens e Adultos (EJA); Cursos técnicos.

Assista ao vídeo “O Super Cérebro”

Disponível no link: https://www.youtube.com/watch?v=y6Y_tpf5LEk



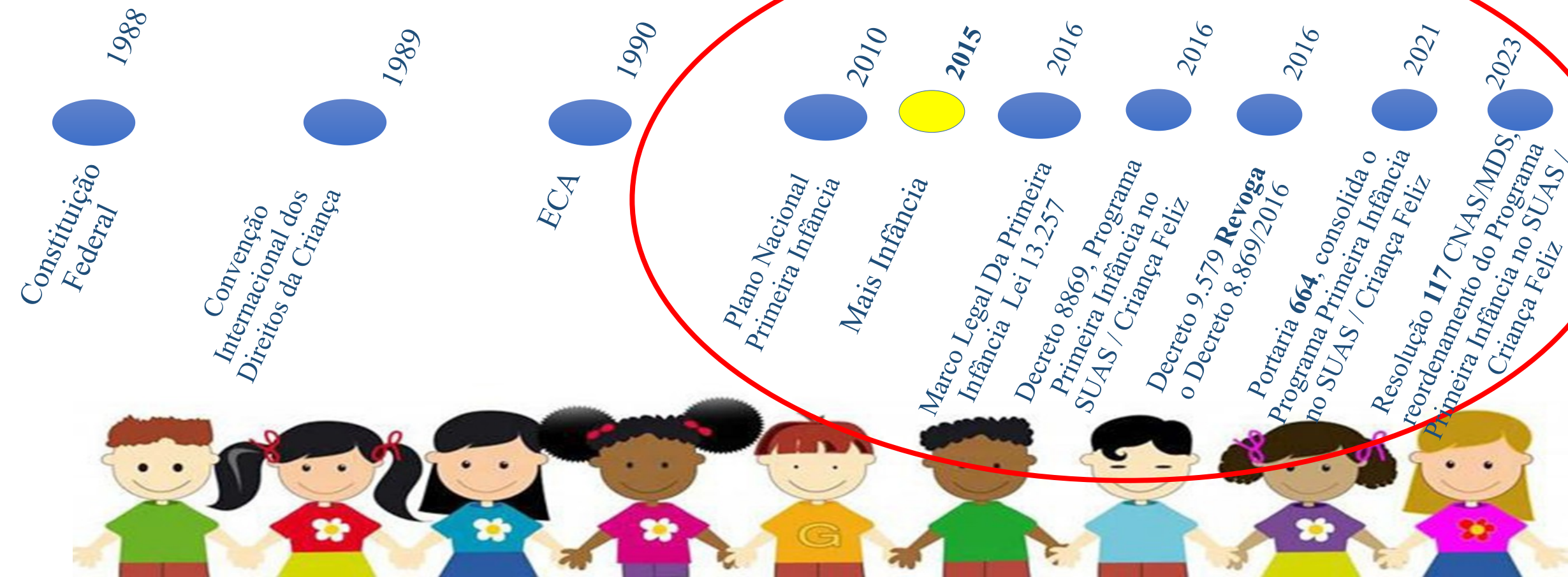
Ampliando os Estudos e evidências

A neurociência mostra que a **comunicação** dos pais ou responsáveis com as crianças na primeira infância e a **sensibilidade** às suas necessidades tem papel importante no **desenvolvimento cerebral**.

As **condições adversas** podem trazer vivências com impactos negativos ao Desenvolvimento Infantil



A partir dessa ótica e pressupostos nasce o Programa Criança Feliz



Perspectiva no atendimento após CF 88

Após aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), os esforços e organização dos serviços de atendimento voltaram-se à fortalecer direitos, agora registrados em normativas legais.

O ECA estrutura o atendimento integral e integrado pelas instituições públicas e da sociedade civil, que serve de base para o desenho do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) instituído pelo CONANDA em 2006, e conta com 03 eixos de atuação:



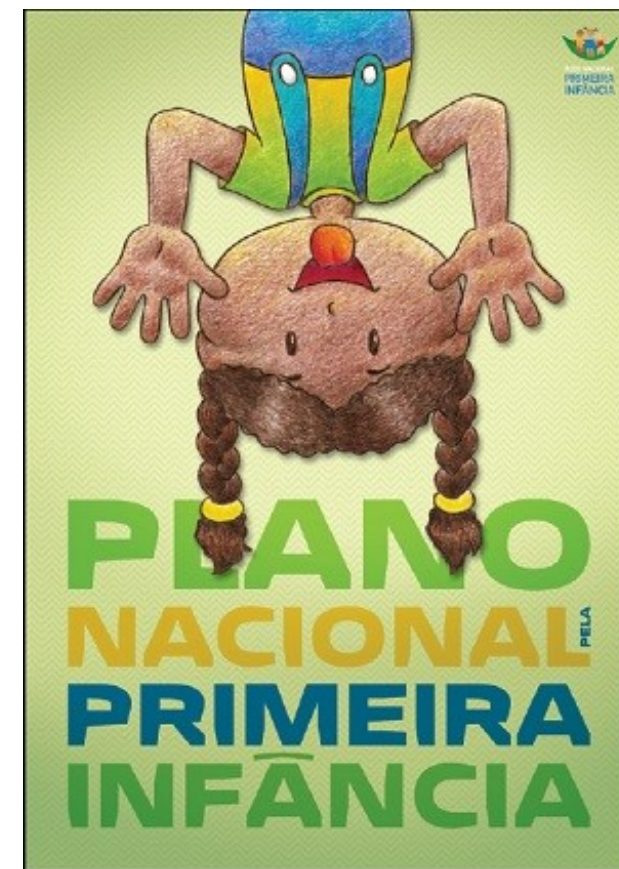
Promoção

Prevenção

Controle Social

Rede Nacional Primeira Infância- RNPI

O Brasil possui uma importante trajetória para o atendimento às crianças e adolescentes e, em 2007, avançou ainda mais com a instituição da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI). A mesma conta com a participação de instituições governamentais e não-governamentais e coordenou a elaboração do Plano Nacional pela Primeira Infância, em 2010.



A Inclusão da Criança nas Decisões que as Afetam

Participar é um direito!

Constituição Federal 1988

Artigo 227

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Convenção dos Direitos da Criança 1989

Artigo 12

Os Estados Partes devem assegurar à criança que é capaz de formular seus próprios pontos de vista o direito de expressar suas opiniões livremente sobre todos os assuntos relacionados a ela, e tais opiniões devem ser consideradas, em função da idade e da maturidade da criança.

Estatuto da Criança e do Adolescente 1990

Artigo 15

O direito a liberdade da criança e do adolescente, previsto no artigo 15, compreende o direito a opinião e expressão, bem como participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação e participar da vida política, na forma da lei.

Marco Legal da Primeira Infância 2016

Artigo 4

As políticas públicas voltadas ao atendimento dos direitos da criança na primeira infância serão elaboradas e executadas de forma a: (II) incluir a participação da criança na definição das ações que lhe digam respeito, em conformidade com suas características etárias e de desenvolvimento.

A Intersectorialidade e a Primeira Infância

Marco Legal da Primeira Infância - LEI Nº 13.257, DE 8 DE MARÇO DE 2016

Art. 14. As políticas e programas governamentais de apoio às famílias, incluindo as visitas domiciliares e os programas de promoção da parentalidade e maternidade responsáveis, buscarão a articulação das áreas de saúde, nutrição, educação, assistência social, cultura, trabalho, habitação, meio ambiente e direitos humanos, entre outras, com vistas ao desenvolvimento integral da criança.

§ 1º Os programas (...) promoverão atividades centradas na criança, focadas na família e baseadas na comunidade.

§ 2º As famílias (...) em situação de vulnerabilidade e de risco ou com direitos violados para exercer seu papel protetivo (...) terão prioridade nas políticas sociais públicas.

§ 3º As gestantes e as famílias com crianças na primeira infância deverão receber orientação e formação sobre maternidade e paternidade responsáveis, aleitamento materno, alimentação complementar saudável, crescimento e desenvolvimento infantil integral, prevenção de acidentes e educação sem uso de castigos físicos, nos termos da Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014, com o intuito de favorecer a formação e a consolidação de vínculos afetivos e estimular o desenvolvimento integral na primeira infância.

§ 4º A oferta de programas e de ações de visita domiciliar e de outras modalidades que estimulem o desenvolvimento integral na primeira infância será considerada estratégia de atuação sempre que respaldada pelas políticas públicas sociais e avaliada pela equipe profissional responsável.

§ 5º Os programas de visita domiciliar voltados ao cuidado e educação na primeira infância deverão contar com profissionais qualificados, apoiados por medidas que assegurem sua permanência e formação continuada.

Por que o brincar?

Brincar é a atividade mais séria da criança!



- ❑ Por meio do **brincar** a criança aprende a explorar sensorialmente diferentes objetos, a reagir aos estímulos lúdicos propostos pelas pessoas com quem se relaciona e a exercitar com prazer funcional suas habilidades;
- ❑ O brincar oferece oportunidades para aprender em contextos de relações socioafetivas, onde são explorados aspectos como **cooperação, autocontrole e negociação**, além de estimular a imaginação e a criatividade.

A criança brinca para:

- Se divertir
- Expressar seus sentimentos
- Aprender



**No brincar a criança aprende a conviver, a ser criativo, a
pesquisar, a resolver problemas e vai aos poucos
desenvolvendo sua autonomia, auto percepção e autoestima.**

Clique e assista o vídeo a seguir
[Brincar ajuda o desenvolvimento](#)

Refleta como a repetição de uma brincadeira pode estimular o desenvolvimento da criança.



As dimensões do Desenvolvimento infantil



- ❑ Assim, é importante assimilar as 04 dimensões do desenvolvimento e que cada criança possui suas singularidades neste processo, sendo que as dimensões as quais nos referimos correspondem à **linguagem, motricidade, dimensão socioafetiva e cognitiva.**
- ❑ Cada dimensão, além de possuir características específicas, nos permite observar algumas particularidades, como veremos a seguir.

Motricidade

As crianças se desenvolvem através da exploração do corpo e do espaço, ao caminhar, pular, imitar, mexer, dançar e muito mais;

A atividade sensório-motora é especialmente importante para o desenvolvimento de conceitos espaciais e das habilidades de utilizar termos linguísticos correspondentes.



Socioafetividade

As experiências afetivas nos primeiros anos de vida são determinantes para que a criança estabeleça padrões de conduta e formas de lidar com as próprias emoções. Logo, as qualidades dos laços afetivos, são muito importantes para o desenvolvimento integral da criança.

Linguagem

A criança inicia seu desenvolvimento linguístico através de gestos, balbucios, olhares, sorrisos e movimentos corporais; A linguagem não se dá de maneira desarticulada do raciocínio, do pensamento, dos sentimentos, das sensações e desejos. Assim, a oralidade é importante para ampliação de habilidades.



Cognitiva

Mesmo sendo um processo interno, pode ser observado através das relações, ações e verbalizações.

É importante estimular o interagir, os questionamentos, as escolhas e as construções realizadas pelas crianças.

Os “porquês” das crianças as ajudam a entender e compreender o mundo e o meio onde ela vive.



“Criança não brinca de
brincar, brinca de
verdade!”

Mario Quintana

O Programa Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz

**PROGRAMA CRIANÇA
FELIZ**



**VISITAS
DOMICILIARES**



**INTEGRAÇÃO
DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS**

QUEM É O PÚBLICO PRIORITÁRIO DO PROGRAMA?

- Gestantes, crianças até trinta e seis meses e suas famílias inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;
- Crianças até setenta e dois meses e suas famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada - BPC; e
- Crianças de até setenta e dois meses afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida de proteção prevista no art. 101, caput, incisos VII e VIII, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e suas famílias.
- Crianças de até 72 (setenta e dois) meses inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, que perderam ao menos um de seus responsáveis familiares, independente da causa de morte, durante o período Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da Covid-19.

RESPONSABILIDADE DOS ENTES

Para que ocorra a implementação, cada esfera do governo possui responsabilidades específicas com o programa. A seguir podemos identificar algumas delas de acordo com o ente federado e a especificidade da ação. Para saber mais você pode acessar as normativas do programa clicando [Resolução 19/2016](#) e [Portaria 664/2021](#) e Resolução 117/2023

Apoio técnico:

- UNIÃO: Prestar Apoio Técnico e Metodológico para a gestão, implementação, desenvolvimento de ações e de monitoramento do Programa;
- Estado: Designar equipe técnica composta por coordenador e multiplicadores

Formação e qualificação:

- UNIÃO: Elaborar Metodologia e Material Didático e orientar capacitação de multiplicadores, supervisores e visitadores;
- Estados: Proporcionar a formação da equipe de multiplicadores; Capacitar Supervisores para a formação dos Visitadores em seus municípios; Assegurar o uso do Material Didático e a Metodologia do Programa;
- Municípios: Participar de capacitação do Programa (Supervisores e Visitadores); Assegurar o uso material didático e a metodologia do Programa;

RESPONSABILIDADE DOS ENTES

INTERSETORIALIDADE:

- UNIÃO: Formular o Plano de Ação Nacional de Implantação do Programa Criança Feliz;
- Estados: Constituir um Comitê Gestor Estadual; Formular Plano de Ação intersetorial anual;
- Municípios: Planejar e coordenar as ações do Programa de sua responsabilidade; Realizar ações de mobilização intersetorial no âmbito municipal;

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO:

- União: Monitorar e Avaliar o impacto do Programa.
- Estados: Monitorar e Avaliar o impacto do Programa.
- Municípios: Monitorar o desenvolvimento das ações do Programa em âmbito local e presta informações à União e ao Estado para fins de avaliação do Programa sempre que solicitado; Assegurar o Registro das visitas e alimentar sistema federal de monitoramento do Programa;

(Portaria nº 664/2021)

OBJETIVOS DA VISITA DOMICILIAR

- **Apoiar os esforços das famílias** com os cuidados para o desenvolvimento integral da criança;
- **Identificar a interação entre a criança e o familiar responsável** direto pelos cuidados e a proteção da criança;
- **Orientar a família sobre atividades e cuidados** que fortaleçam o vínculo entre a criança e o seu cuidador(a), desde a gestação;
- **Informar a família sobre a importância de atividades lúdicas** para estimulação do crescimento e desenvolvimento integral da criança;
- Identificar necessidades de **acesso a serviços e direitos**.

Definição de território e CRAS de referência

O CRAS tem um papel fundamental, pois é a unidade de referência nos territórios para o referenciamento das **VISITAS DOMICILIARES** e das famílias que integram o Público prioritário desta ação.



Se o seu município possui mais de 1 CRAS você poderá escolher mais de 1 equipamento de referência. Cabe ao município essa definição

ONDE COMEÇA A PARTICIPAÇÃO DO SUAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Proteção Social Básica

- ✓ Serviço de Proteção e Atendimento à Família
- ✓ Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
- ✓ Serviço no Domicílio

CRAS e
Unidades
Referenciadas

GESTÃO NO TERRITÓRIO

**Busca
Ativa**



A coordenação do CRAS pode planejar em conjunto com a equipe do PCF e PAIF as formas de acesso das famílias com perfil do Programa.

GESTÃO NO TERRITÓRIO

Conhecendo as famílias

A - Estudo do perfil das famílias pode ser feito a partir dos dados do CADÚnico

B - Conhecer as demandas de famílias incluídas no BPC e do Programa Bolsa Família, conforme território de referência dos CRAS

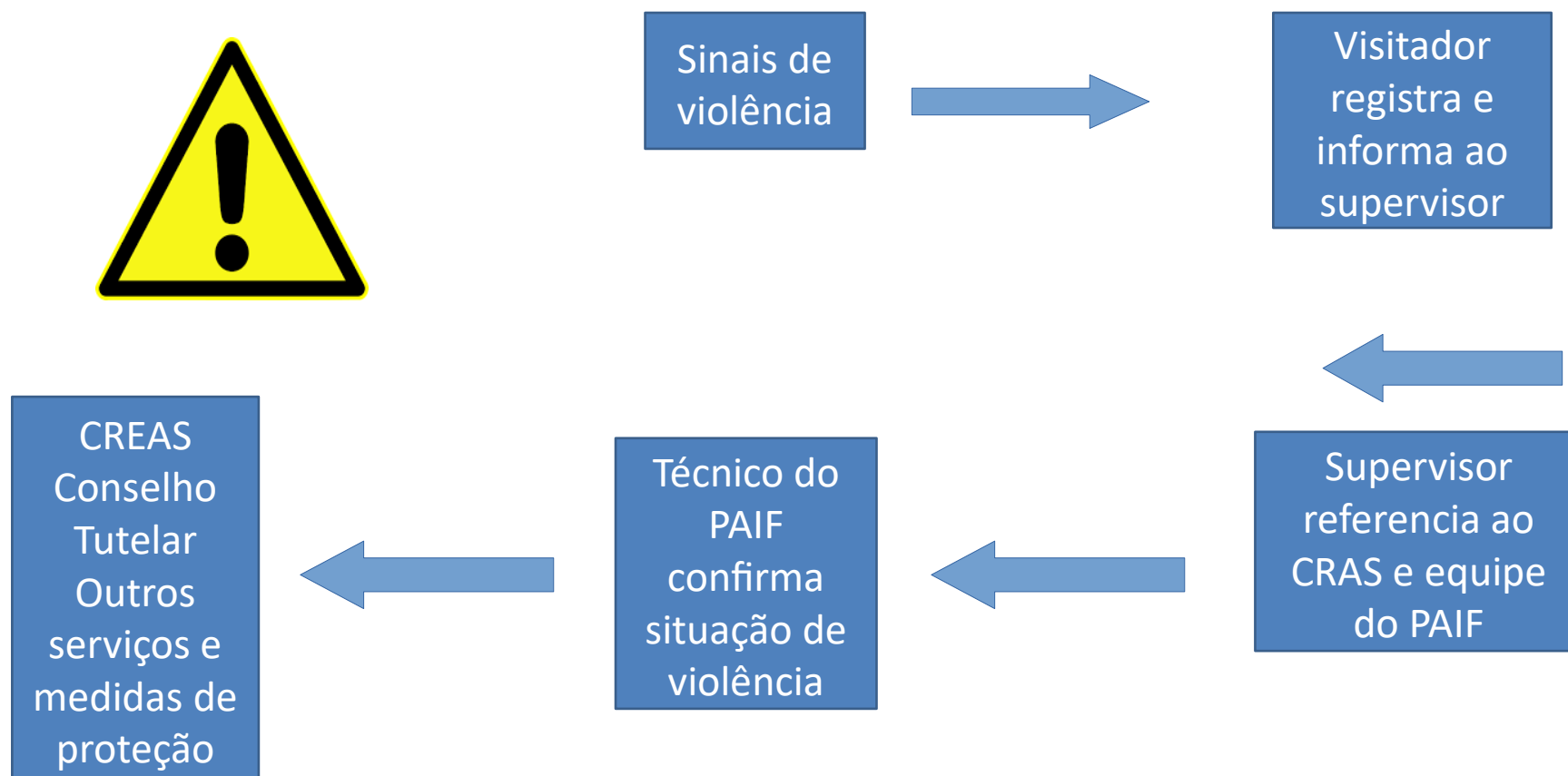
C- Levantamento de outras informações no âmbito da vigilância socioassistencial relacionados ao atendimento em outros serviços, tanto na proteção social básica como especial

D - Definir a capacidade de atendimento da equipe do Programa e as formas de mobilização e acesso das família

ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

- A equipe PCF poderá trabalhar em parceria com a equipe do PAIF, com o intuito de auxiliar as famílias no cumprimento das condicionalidades;
- A atuação do visitador terá caráter mediador no acompanhamento família, para que esta, continue ter acesso ao benefício do PBF.

A PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS CONTRA TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA



Proteção Social Especial de Média Complexidade

- ✓ Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
- ✓ Serviço Especializado em Abordagem Social
- ✓ Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativa de LA e PSC
- ✓ Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias
- ✓ Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua

CREAS e
Unidades
Referenciadas

Centro Pop

Proteção Social Especial de Alta Complexidade

- ✓ Serviço de Acolhimento: Institucional; República e Família Acolhedora
- ✓ Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências

Unidades de
Acolhimento

PAPEL DA GESTÃO

A. Fortalecer o papel do CRAS como a unidade responsável pela articulação dos fluxos entre o Programa e a rede socioassistencial e intersetorial nos territórios.

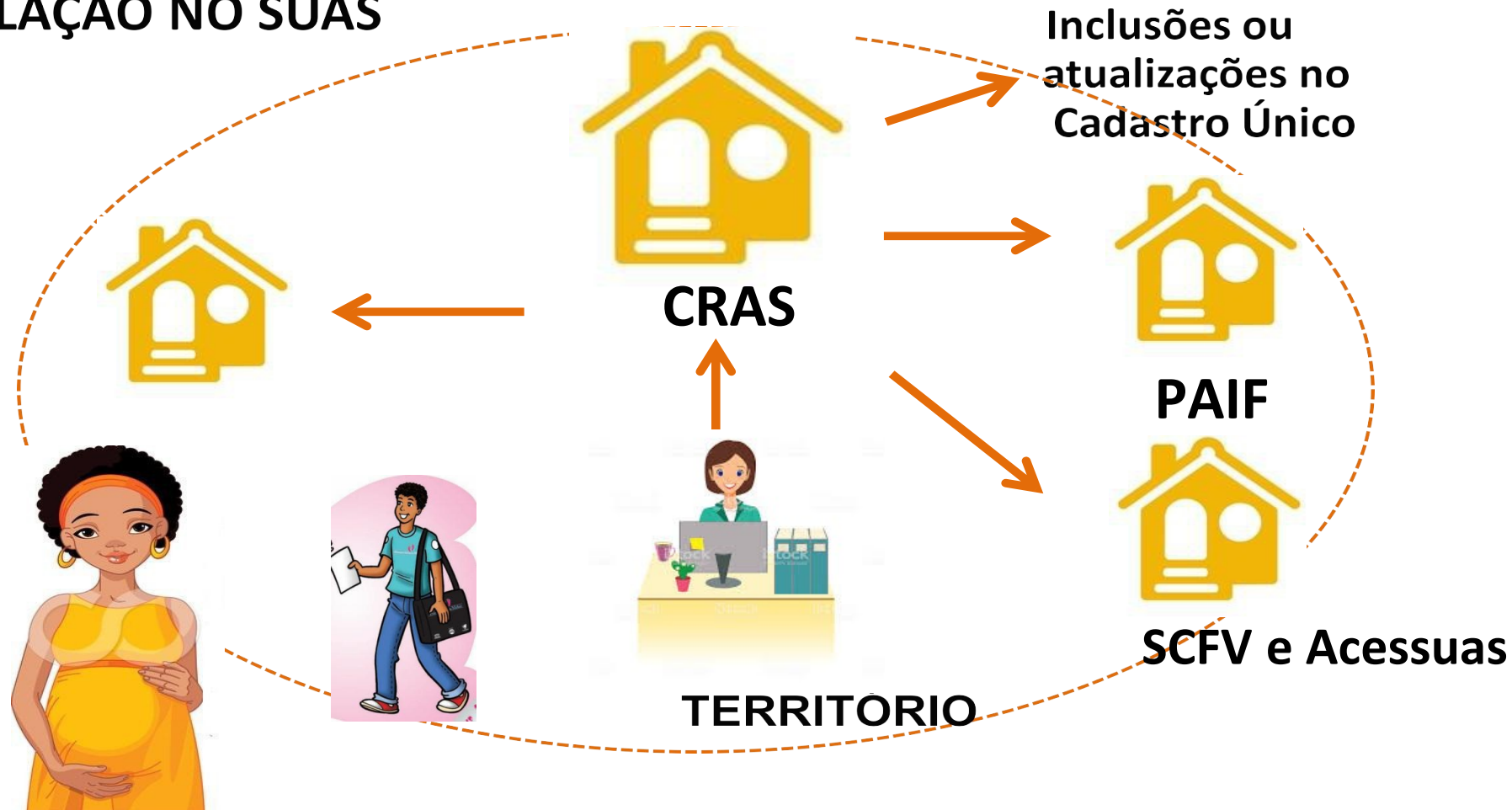
B. Estabelecer, localmente e de maneira participativa entre os diversos atores, utilizando o Comitê Gestor municipal onde ele está instituído, fluxos para o encaminhamento de situações às instituições e profissionais que se relacionam com as famílias no território.

C. Fomentar a organização de encontros técnicos periódicos para monitorar a efetividade das pactuações e avaliar a necessidade de ajustar a comunicação entre as instituições e equipes

D. Promover apoio técnico regular e capacitação para as equipes, na perspectiva da gestão integrada, reconhecendo as atribuições de cada ator.

INTRASECTORIALIDADE

ARTICULAÇÃO NO SUAS



REFERENCIAIS DA VD NO PCF

- **Guia de Visita Domiciliar (GVD)**
- **Cuidados para o Desenvolvimento da Criança (CDC)**

Elaborada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (**UNICEF**) e pela Organização Pan- Americana da Saúde (**OPAS**) e já é utilizada em vários países com famílias de perfis diferentes.

Fundamenta-se no **cuidado** dado à criança nas diferentes idades e nos **vínculos** estabelecidos entre elas e seus cuidadores.

O CDC apresenta a estrutura de referência para o desenvolvimento da sensibilidade e responsividade entre cuidadores e crianças nas visitas domiciliares, que consiste em um conjunto de atitudes e posturas por parte do visitador

OFERTA DO PAIF PARA FAMÍLIAS QUILOMBOLAS

A dinâmica do trabalho social realizado visa promover a adesão das gestantes e crianças quilombolas.

- **Como fazer?**
- Reflexão na participação ativa dos usuários nos processos socioeducativos;
- Reunião prévia ao início do trabalho social;
- O que pode ser feito para atuar com estas populações?
- Quais recursos eu necessito para atender uma família de População e Comunidades Tradicionais - PCT?
- Quais parcerias podem contribuir com o trabalho?
- *** PAIF- SERVIÇO DE PROTEÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA**

CARACTERÍSTICAS CONSIDERADAS DURANTE O ACOMPANHAMENTO PELO PCF

• DA CRIANÇA QUILOMBOLA

- Supervisores e visitadores devem ficar atentos e buscar compreender cada realidade;
- A capacidade de decisão das crianças quilombolas sempre é considerada, há o reconhecimento da autonomia da criança, tendo a sua opinião valor social entre os adultos;
- Visitador deve identificar durante as visitas domiciliares do PCF o cuidador principal da criança. É comum que se desenvolva o cuidado de forma coletiva;



GESTÃO

- Evitar traços das heranças conservadoras do assistencialismo, clientelismo e benemerência;
- Refletir e aprofundar nas condições e especificidades geradoras dessa intervenção;
- Trabalhar de forma interdisciplinar, planejar e trocar experiências relevantes para atuação da equipes do PCF;
- Garantir uma aproximação mais efetiva entre visitantes e a população quilombola atendida pelo PCF;
- Contratar visitantes, se possível da própria comunidade.



CONHECIMENTO DO TERRITÓRIO



Conhecer as características físicas, sociais e econômicas do território;
Identificar os recursos existentes no território;
Investigar as fragilidades e potencialidades da comunidade;
Provocar a interlocução entre os atores da comunidade;
Fomentar o diálogo entre as organizações e os atores sociais;
Ampliar espaços coletivos de planejamento;
Potencializar a intersetorialidade.

*Inspirar reflexões sobre “o que se quer”
e contribuir na materialização de ações que
respondam ao que fazer e como fazer
para chegar onde se quer.*



- Respeito e valorização das tradições das comunidades quilombolas;
- Trabalho social com famílias quilombolas;
- Promoção de autonomia e protagonismo;
- Convívio familiar e comunitário;
- Conhecimento do território;
- Vulnerabilidade e risco social;

O RECONHECIMENTO DAS POTÊNCIAS DAS FAMÍLIAS NEGRAS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

“Como trabalhadores do SUAS e trabalhando diretamente com famílias majoritariamente negras, ter a compreensão em relação ao lugar e a importância destas famílias no asseguramento, no desenvolvimento e nos direitos da criança negra se configura um passo fundamental no olhar e na criação das ações.”



*Primeira Infância Primeiro - Caderno 4: Primeiras infâncias e Assistência Social

O RECONHECIMENTO DAS POTÊNCIAS DAS FAMÍLIAS NEGRAS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

- * Criação de vínculos entre pais/cuidadores e crianças é de suma importância para prevenção de violências e desenvolvimento pleno na primeira infância;
- * O racismo que as famílias negras enfrentam também impactam na garantia de direitos destas crianças;
- * Falar abertamente com as crianças acerca do racismo é uma necessidade continua nos dias atuais, tanto entre famílias negras quanto nas brancas.



ABORDAGENS ANTIRRACISTAS EM PROGRAMAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA

- * É importante que as famílias não se sintam fiscalizadas durante as visitas;
- * O Programa Criança Feliz pressupõe o apoio à gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais, assim como o seu acesso a políticas e serviço, onde se faz necessário está atendo as particularidades de saúde física e mental da mãe e do bebê negros;
- * No âmbito dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 0 a 6 anos (SCFV – 0-6), refletir sobre temas como a importância da parentalidade positiva e a comunicação não violenta são formas de se relacionar com as crianças negras.





“Se mudarmos o
começo da
história, mudamos
a história toda.”

RaffiCavoukian



Secretaria da Proteção Social – SPS

SEXEC – IFAMCF

**Célula de Promoção da Parentalidade, Educação Permanente
na área da Infância e Família**

Programa Primeira Infância no SUAS – Criança Feliz

Rua Soriano Albuquerque, 230 – Joaquim Távora

Telefone: (85) 3108-0218

E-mail: programa.criancafeliz@sps.ce.gov.br